CAPÍTULO I – DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

1. INTRODUÇÃO

Oriximiná possuí potencial que desconhecemos, muitos estudos e levantamentos diagnosticaram verdadeiras fábulas de riquezas e desenvolvimento. Há quase 40 anos a MRN está instalada no município e não notamos outra possibilidade que impulsione a cidade e suas diversas vocações. A compreensão da nossa Administração é que a Nação brasileira através do governo federal vem sendo impulsionada por políticas públicas includentes, reparadoras e de regulação dos serviços públicos, combinando ação do estado como indutor dos investimentos e promotor da redução das desigualdades sociais. Nisto, destaca-se a capacidade da Gestão Pública em Planejar e atuar utilizando diagnósticos planejados, visando garantir direitos dos que mais precisam. Apesar do momento crítico que vivemos, tanto econômico como político, o planejamento a médio e longo prazo é uma necessidade em virtude da geopolítica econômica, conquistada pelo Brasil no contexto internacional. Contudo, a Amazônia e o Pará não são reconhecidos na prática, apesar de possuir o principal bioma ecológico do planeta, portanto, rica biodiversidade e potencial vocacional.

Neste cenário, Planejamento e Gestão constituem processos intrínsecos que exigem diagnósticos globais, arranjos institucionais e parcerias continuas sobre a realidade local, acompanhando e interpretando a dinâmica municipal inserida na microrregião, na Amazônia Legal, no quadro nacional e latino-americano, em seus diversos aspectos. A partir deste contexto, a estratégia de desenvolvimento e os arranjos construídos para ajustar a administração pública municipal ao novo estágio da sustentabilidade (tema recorrente no mundo das Convenções Quadro das Nações Unidas) deve orientá-lo para reduzir as desigualdades sociais e para que isto aconteça, adotar nova metodologia de planejamento é indispensável, adequada a Agenda do Acordo de Paris e do Pacto de San José, buscando alternativas para o presente e pós mineração.

Com este cenário novo, mais interativo, conectado com o mundo, a linguagem do planejamento foi alterada para um processo mais sistêmico, consistente e com mais sinergia, envolvendo e exigindo aplicação do pacto federativo e das pessoas para atingir as metas físicas capazes de expressar as necessidades básicas das populações locais, com ações tangíveis que encaixe e preencha as

perspectivas de melhores condições de vida. E além do tangível, hoje, a relação equitável é uma realidade, seja na produção, comércio ou nas relações institucionais e humanas – gestão pública com Ética.

Então, o Plano Plurianual deve adequar-se neste novo momento da vida pública brasileira, como parte da descentralização administrativa que respeita suas esferas e suas competências e ao mesmo tempo é controlado por uma fundamentação jurídica ampla e legal e estimula o controle social sobre as contas públicas através dos fóruns de participação cidadã na sua elaboração, sobretudo através das audiências e consultas públicas e depois com calendário de revisão com participação intersetorial. Assim, nossa administração, '*Governando com Povo'* contribuirá decisivamente para uma Gestão inovadora pra Oriximiná.

2. HISTÓRICO

Por volta de 1815, escravos fugidos das fazendas e cidades do Baixo Amazonas refugiaram-se entre as comunidades indígenas da região, formando quilombos. Em 1877, o Padre José Nicolino de Souza foi um dos que primeiro desbravou as terras firmes, localizadas à margem esquerda do rio Trombetas, onde fundou uma povoação, denominando-a Uruá – Tapera ou Mura – Tapera. Através da Lei nº 1.288, de 11 de dezembro de 1886, foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Santo Antônio do Uruá-Tapera, pelo Dr. Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Pará e desembargador do Maranhão, sob o orago de Santo Antônio e o nome oficial passou a ser Santo Antônio de Uruá-Tapera. Como freguesia, a atual cidade oriximinaense entrou no Regime Republicano em 9 de junho de 1894, no governo de Lauro Sodré, foi elevada à categoria de vila, já com o nome de Oriximiná, e instalado o município, no dia 5 de dezembro do mesmo ano, sendo nomeado para prefeito, o senhor Pedro Carlos de Oliveira. Entretanto, em 1900, durante o governo do Dr. Paes de Carvalho, dissidências políticas concorreram para a extinção dos municípios de Juruti, Oriximiná e Quatipuru através da Lei nº 729 de 3 de abril. O território de Oriximiná deveria ser dividido entre os municípios de Faro e Óbidos, o que, na realidade, não aconteceu pelo fato de o município ficar anexado somente ao segundo. Somente após a vitória da Revolução de 1930 é que Oriximiná reconquistou a sua autonomia municipal. O então major Magalhães Barata, interventor federal do Pará, em 24 de dezembro de 1930, com a Lei nº 1.442,

restabeleceu o município com um território menor do que aquele criado na época do governo Lauro Sodré. O nome Oriximiná é de origem indígena, de procedência tupi, que significa “o macho da abelha”, o zangão. No entanto, frei Protásio Frinckel, conhecedor da região e de seus diversos núcleos de habitantes primitivos, inclina-se pela derivação de Eruzu-M’Na. Que significa “muitas praias”.

3. BREVE INDICADORES

Políticas de Assistência – Apresentação

Este documento tem o objetivo de apresentar um conjunto básico de indicadores acerca de informações sociais e da gestão da Política de Assistência Social do Município de Oriximiná, e contribuir para a definição dos programas e ações estratégicas da Administração Municipal para os próximos anos.

As informações aqui apresentadas é resultado de um trabalho de pesquisa junto aos diversos sistemas disponíveis para acesso a informação sobre o município, tais como: IBGE/PNAD, MDS/SAGI, e outros documentos impressos como relatório de gestão, relatório mensal de atendimento, relatório de informações sociais, entre outros.

Vale ressaltar que tais informações expressam a conjuntura atual da Política Municipal de Assistência Social, contudo, esses dados precisam ser tratados adequadamente para se transformar em informação útil para orientar a Gestão Municipal na implementação e acompanhamento de serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Embora, tais sistemas e documentos possam contribuir para o conhecimento, estudo e avaliação da realidade municipal, não esgota a necessidade de construção de um diagnóstico socioterritorial do município, pois este instrumento permite o conhecimento e a compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da detecção de problemas prioritários e respectivas causalidades, bem como dos recursos, potencialidades e é base essencial para a construção do Plano Municipal de Assistência Social.

O Diagnóstico Social é compreendido como um instrumento dinâmico, sujeito a atualização periódica, por expressar as informações de uma realidade que também é dinâmica; daí a necessidade de implantar no órgão gestor da assistência social o departamento de vigilância socioassistêncial, pois este departamento deverá ter a tarefa de mostrar periodicamente os resultados alcançados e as necessidades dos usuários e população em geral.

1 - Informações Sociais: O Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria foi lançado com o desafio de superar a extrema pobreza no país. O público definido como prioritário foi o dos brasileiros que estavam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R$ 77 por pessoa.

Considerando que a extrema pobreza se manifesta de múltiplas formas além da insuficiência de renda, o Plano foi estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços. O município é o principal responsável pela execução do plano. Um dos motivos para a centralidade dos municípios é o Cadastro Único, porta de entrada para o Brasil Sem Miséria. Afinal, o responsável pelo registro das famílias no Cadastro é o poder público municipal, que também tem papel de destaque no funcionamento das redes de saúde, educação e assistência social, essenciais para a superação da extrema pobreza.

No final do ano de 2011 o município de Oriximiná fez adesão ao Plano Brasil sem Miséria, e em janeiro de 2012 teve início as ações das equipes volantes. Ao logo desses cinco anos foi possível levar os serviços socioassistenciais a mais de 70% das comunidades rurais. O trabalho é difícil pelas distâncias geográficas, meios de transporte adequado e seguro, períodos de seca, cheia, entre outras situações.

O Cadastro Único

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o MDS utiliza as informações do Cadastro Único. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de outubro de 2016 do Cadastro Único, o município tem:

FAMÍLIAS CADASTRADAS OUTUBRO/2016	**FAMÍLIAS** R$ 0 ATÉ R$ 85,00	**FAMÍLIAS** DE R$ 85,01 ATÉ R$ 170,00	**FAMÍLIAS** DE R$ 170,01 ATÉ 1/2 SAL. MIN.
12.543	**8.499**	**1.195**	**1.377**

Fonte: MDSA, Cadastro Único para programas Sociais (Outubro/2016)

Cobertura cadastral e Busca Ativa

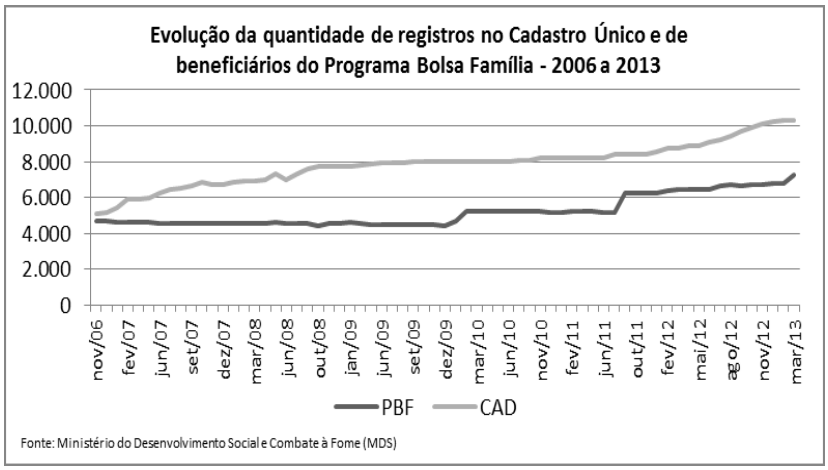
Para avaliar as necessidades da gestão do Cadastro Único em cada cidade, o MDS trabalha com estimativas municipais da quantidade de famílias que devem ser incluídas no Cadastro (todas as famílias do município com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa).

De acordo com o censo de 2010, o município de Oriximiná tinha uma estimativa de famílias para o Cadastro Único de 9.018. Os dados registram um total de12.543 famílias cadastradas, isso corresponde a 123%, e mostra que o município já atingiu a meta de acordo com os dados do IBGE.

De junho de 2011 a janeiro de 2016, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 1.568 famílias que estavam em situação de extrema pobreza.

Programa Bolsa Família.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 62.794 residentes, dos quais 17.236 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R$ 70,00. Isso significa que 27,4% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 9.647 (56,0%) viviam no meio rural e 7.588 (44,0%) no meio urbano.



De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município possui 10.295 famílias registradas no Cadastro Único e 7.286 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (70,77% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o município:

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 730 famílias em situação de extrema pobreza.

Em abril de 2016, o município tinha 8.872 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 118,83% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 118,83%).

De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a abril de 2016, houve aumento de 71,57 % no total de famílias beneficiárias.

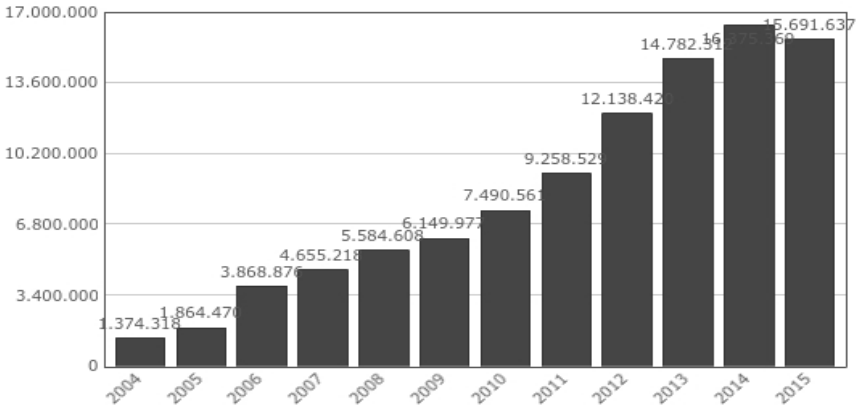
Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superam a extrema pobreza.

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em abril de2016, 329 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 110 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

VALORES ANUAIS NOMINAIS REPASSADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (R$)

De 2004 a 2015, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de1.041,78 %.

De acordo com os dados do MDS de dezembro de 2016, o município possui:



FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DEZEMBRO/2016	% DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	BENEF. MÉDIO MENSAL DEZEMBRO/2016	VALOR REPASSADO DEZEMBRO/2016	VALOR ANUAL ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO/2016
8.794	**64%**	**192,84**	**1.695.848,00**	**19.472.040,00**

Fonte: MDSA, Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família (Dezembro/2016)

TOTAL DE BENEFÍCIOS DO BF DEZEMBRO/2016	BÁSICO	VARIÁVEL	JOVEM	NUTRIZ	GESTANTE	SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA
30.432	**8.326**	**15.994**	**2.766**	**199**	**373**	**2.774**

Acompanhamento de condicionalidades

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

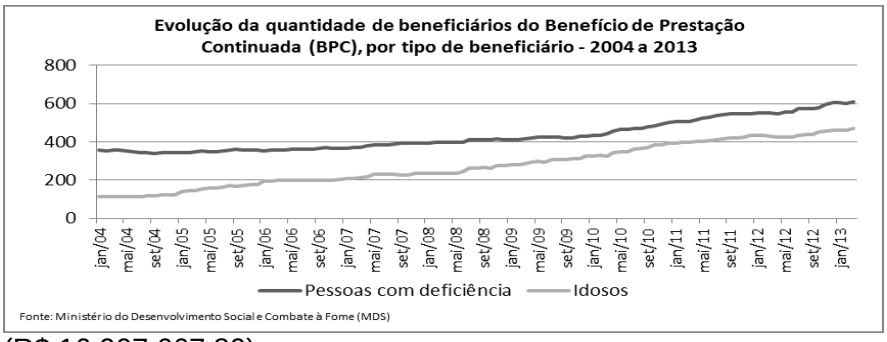
No município, 73,00 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,70 %. O município está abaixo da média, por isso é importante a articulação entre as secretarias de assistência social e de educação para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 51% das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 76,81 %. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de saúde se articulem para aumentar o número de famílias com acompanhamento pela rede de saúde.

Esses dados do acompanhamento das condicionalidades, do ano de 2016, estão abaixo da média nacional e interferem de forma significativa no repasse de recursos para o município através do IGDM, assim como muitas famílias beneficiárias correm o risco de perder os benefícios, pois as principais causas desse baixo percentual no acompanhamento são referentes a questões administrativas e técnicas. As questões administrativas dizem respeito a cumprir e fazer cumprir as normas, tanto os gestores, coordenadores e profissionais responsáveis pelo acompanhamento das famílias.

Benefício de Prestação Continuada

Os atendimentos realizados no âmbito da rede socioassistêncial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. O gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:



Em 2015, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R$ 29.360.820,52) representa 173,65 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R$ 16.907.667,80).

	Beneficiários		Valor Mensal	Valor Acumulado
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS PELA FONTE PAGADORA	PCD	787	R$ 689.392,00	R$ 6.778.342,85
	Idosos	647	R$ 569.096,00	R$ 5.503.520,00
	Total	**1.434**	**R$ 1.258.488,00**	**R$ 12.281.862,85**

OUTUBRO/2016

Fonte: DATAPREV/Síntese

Inclusão Produtiva

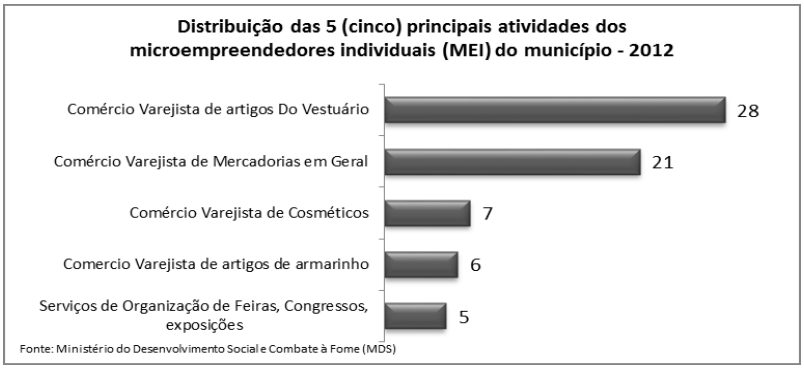
Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 676 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único.

O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:

Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Brasil Sem Miséria)

O PRONATEC Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.



Custeados pelo MEC, os cursos são ministrados por instituições de reconhecida qualidade técnica, como as entidades do Sistema "S" (Senai, Senac, Senat e Senar), a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e as redes estaduais, distrital e municipais de educação profissional e tecnológica.

Ao proporcionar qualificação profissional, o PRONATEC Brasil Sem Miséria aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

De janeiro de 2013 a dezembro de 2014, foram efetuadas 144 matrículas em cursos ofertados pelo PRONATEC Brasil Sem Miséria no município.

Cursos ofertados pelo PRONATEC no município

Curso	Turma	Instituição Responsável	Nº de capacitados
Auxiliar Administrativo	N1/2013	SEST SENAT	17
Auxiliar Administrativo	N2/2013	SEST SENAT	20
Operador de retroescavadeira	T1/2013	SEST SENAT	16
Mecânico de motocicleta	M1/2013	SEST SENAT	15
Organizador de Eventos	N1/2013	SEST SENAT	16
Carpinteiro de Obras	T1/2014	SENAI	11

Carpinteiro de Esquadria	M1/2014	SENAI	20

Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde)

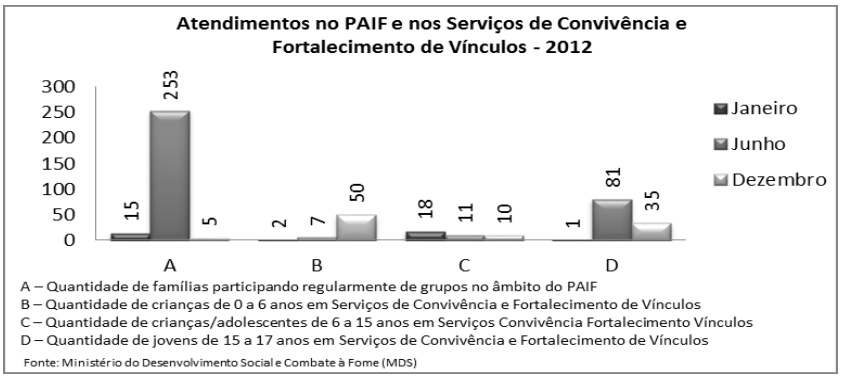
O Programa de Apoio à Conservação Ambiental, mais conhecido como Bolsa Verde, paga R$ 300 por trimestre para famílias que vivem em áreas consideradas prioritárias para a conservação do meio ambiente. As famílias beneficiadas se comprometem a manter a vegetação e a fazer uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas. O benefício é concedido por dois anos, podendo ser renovado.

De outubro de 2011 a fevereiro de 2016, o Bolsa Verde, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, beneficiou 630 famílias do município. O número de famílias beneficiárias diminui consideravelmente no decorrer do ano, a situação apresentada em dezembro de 2016, é:

	Famílias	R$ repassado em dez/2016	R$ repassado em 2016
Fonte: MMA, Relatório Bolsa Verde (dez/2016)	70	R$ 21.000,00	R$ 690.000,00

2 – Informações da Gestão da Política Municipal de Assistência Social.

A Política de Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o



Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

Além desse equipamento (CRAS) e serviços da Proteção Social Básica (PAIF/SCFV), o município também oferta serviços da Proteção Social Especial, através dos equipamentos: CREAS (PAEFI/MSE) e Abrigo (serviço de acolhimento para crianças e adolescentes.

Em 2012, o município realizou aceite para receber a doação da lancha da Assistência Social e o cofinanciamento mensal para sua manutenção. A lancha da assistência social é utilizada para transporte da equipe técnica para oferta dos serviços socioassistenciais do SUAS. A lancha foi entregue em julho de 2013.

Equipamentos Socioassistenciais

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE IMPLANTADA	EQUIPE	
		Referência	Volante
Secretaria Municipal de Assistência Social	1	1	-
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	2	2	2
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS)	1	1	-
Centro de Convivência - CIACA	1	1	-
Unidade de Acolhimento - Abrigo	1	1	-
Cadastro Único	1	1	-
Centro de Inclusão Digital	1	1	-

Capacidade de atendimento Proteção Social Básica

Serviços/Programas	Meta Física		Meta Atendida/2016
Serviços de Proteção Social básica à Família (CRAS/PAIF)	Capacidade de Atendimento (Famílias ano)	**2.000**	**8.645 usuários**
Serviços Executados por Equipes Volantes	Qtde. de Equipes Volantes **2**		**2.945 usuários**
	Meta de Inclusão	**650**	**853**
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Público Prioritário	**325**	**357**
Lanchas da Assistência Social	Qtd. de Lanchas	**1**	**1** (poucas condições de uso)

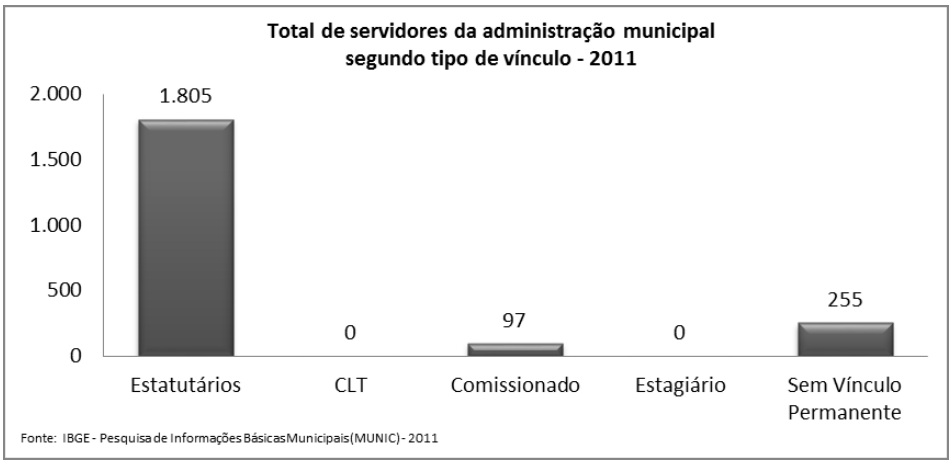
Proteção Social Especial

Serviços/Programas	Meta Física		Meta Atendida/2016
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	Capacidade de atendimento –Famílias/indivíduos	**50**	**1.297**
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa	Capacidade de atendimento **20**		**7**
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	* Não tem meta pactuada		**5**
Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	*Não tem meta pactuada		**12 (**ações realizadas: reuniões/palestras)
Serviço de Acolhimento para Crianças e	Vagas cof. para		

Adolescentes	crianças/adolescentes.	**4** (1ad/3cri)
	20	

Recursos Humanos

Em 2011, a Administração Municipal contava com 2.157 servidores, entre os quais 83,7% são estatutários. Entre 1999 e 2009 o município realizou concurso público para oferta de vagas para a composição de suas equipes de trabalho.



Funcionários lotados na Secretaria de Assistência Social

Denominação do Cargo	**Quantidade de Profissionais**	
	Efetivos	Sem vínculo permanente
Técnico de Nível Superior	5	19
Técnico de Nível Médio	22	29
Apoio/Ensino Fundamental	20	6
Total	**47**	**54**

Quantidade de profissionais até dez/2016.

A situação dos trabalhadores do SUAS mudou consideravelmente, pois na atualidade o número de trabalhadores efetivos é inferior a 50%, o que contraria as normativas da política nacional de assistência social que recomenda que o número de trabalhadores efetivos seja no mínimo 60% para garantia da continuidade dos serviços no final do período ou mandato. Se observamos a quantidade de trabalhadores efetivos, com nível superior, esse percentual é bem menor. Aos profissionais de nível superior cabe a responsabilidade de conduzir os trabalhos nos equipamentos socioassistenciais, e no final de ano ou

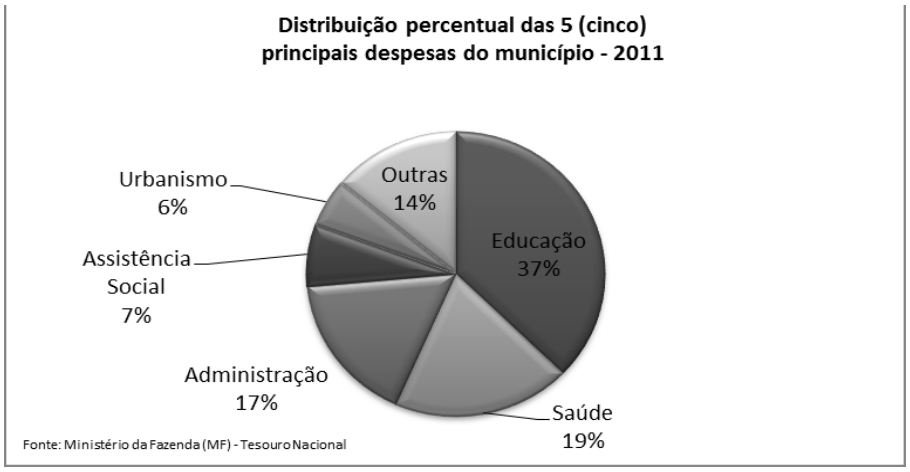
mandato a continuidade dos serviços socioassistenciais fica comprometida. Por isso é necessário a oferta de concurso público para o suprimento de vagas.

Finanças públicas

A receita orçamentária do município passou de R$ 73,0 milhões em 2005 para R$ 104,1 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 42,7% no período ou 9,29% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 11,73% em 2005 para 10,44% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 15,78% para 15,38%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou no município, passando de 12,36% da receita orçamentária em 2005 para 13,13% em 2011. Essa dependência foi inferior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 23,59% em 2011.



As despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e assistência social foram responsáveis por 82,26% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 5,36% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,23%.

Em 2016, os recursos próprios do município investidos na assistência social foram em torno de R$ 3.944.725,22.

O governo estadual também tem repassado recursos para a assistência social, em 2016, os recursos transferidos nos valores de R$ 28.800,00 (Proteção Social Básica) e R$ 33.000,00 (Proteção Social Especial). O total de recursos transferido foi de R$ 61.800,00

O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza ao município recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços. No quadro abaixo, apresentamos os valores repassados pelo governo federal em 2016.

TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO

	Recursos Transferido do FNAS
IGD PBF	285.876,30
IGD SUAS	51.625,58
Proteção Social Básica	681.553,07
Proteção Social Especial	102.000,00
Ações Estratégicas do PETI	90.040,00
Total	**1.211.094,95**

SITUAÇÃO AMBIENTAL E USO DO SOLO EM ORIXIMINÁ

Diagnóstico da gestão Ambiental do Município de Terra Santa. Programa Territórios Sustentáveis. Relatório realizado por Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, março/2016.

As primeiras notícias de desbravamento do território datam o ano de 1877. No entanto, Oriximiná ficou anexado a Óbidos (primeiro como vila e depois como distrito) até 1934, quando adquiriu a categoria de município. Oriximiná está localizado na porção noroeste do Estado do Para, as margens do rio Trombetas, distante a aproximadamente 820 quilômetros, em linha reta, de Belém. Sua população soma 62.794 habitantes, com 64% concentrado na zona urbana e 36% na área rural (IBGE, 2010). O município possui uma área territorial de 107.603 quilômetros quadrados, dos quais 96,82% (104.177,6, quilômetros quadrados) são constituídos por áreas protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas).

Área Protegida	Área no território do município (km^2)[1]	% no município
Floresta Estadual do Trombetas[2]	10.744	9,98
Estação Ecológica Grão-Pará	32.226	29,95
Reserva Biológica Rio Trombetas	4.077	3,79
Floresta Nacional Saracá-Taquera	2.737	2,54
Floresta Estadual de Faro[3]	200	0,19
TI Trombetas-Mapuera	19.271	17,91
TI Nhamundá-Mapuera	4.512	4,19
TI Tumucumaque	8.495	7,89
TI Kaxuyana-Tunayana[4]	17.015	16,19
TQ Água Fria	5,6	0,01
TQ Alto Trombetas	791	0,74
TQ Boa Vista	11	0,01
TQ Erepecuru	1.212	1,13
TQ Trombetas	809	0,75
TQ Cachoeira Porteira[5]	2072	1,90
Total	104.177,6	96,82

Tabela 1. Áreas Protegidas no município de Oriximiná

Outras formas de ordenamento territorial são os projetos de assentamentos (PA), projetos de assentamentos coletivos (PAC) e projeto de assentamentos agroextrativista (PAE), que somam uma área de 1.958 quilômetros quadrados (2%).

Assentamento	Área (km^2)[6]	Número de assentados	Capacidade	Data criação	Status
PAC Ananizal	23,76	38	50	15/12/2006	Interditado judicialmente
PA Acomec	351,95	382	230	29/12/2005	Interditado judicialmente
PAC Monte Muria	52,00	80	80	15/12/2006	Interditado judicialmente
PAC Iripixi	25,36	50	50	15/12/2006	Interditado judicialmente
PAE Cachoery	179,82	276	500	19/12/2006	Edital assistência técnica
PAE Nhamunda	224,67	442	500	19/12/2006	Edital assistência técnica
PA Área Cuminá e Trombetas	285	448	450	14/12/2001	Em estruturação
PAC Itapecuru	63,54	78	80	15/12/2006	Liberado judicialmente
PA Trajap	75,28	145	160	17/12/1998	Em instalação
PAE Sapucua Trombetas	677,49	771	811	05/02/2010	Criado
	1.958,87[7]	2.710	-	-	

Fonte: Incra, 2015b

Tabela 2. Assentamentos no município de Oriximiná

Os estabelecimentos rurais somam 72.705 hectares (0,7%), distribuídos em 1.014 estabelecimentos registrados pelo censo agropecuário (IBGE, 2006). Segundo dados do Terra Legal, existem 156 propriedades (1.667.486 quilômetros quadrados) em processo de análise para emissão de títulos definitivos no município de Oriximiná (MDA, 2016).

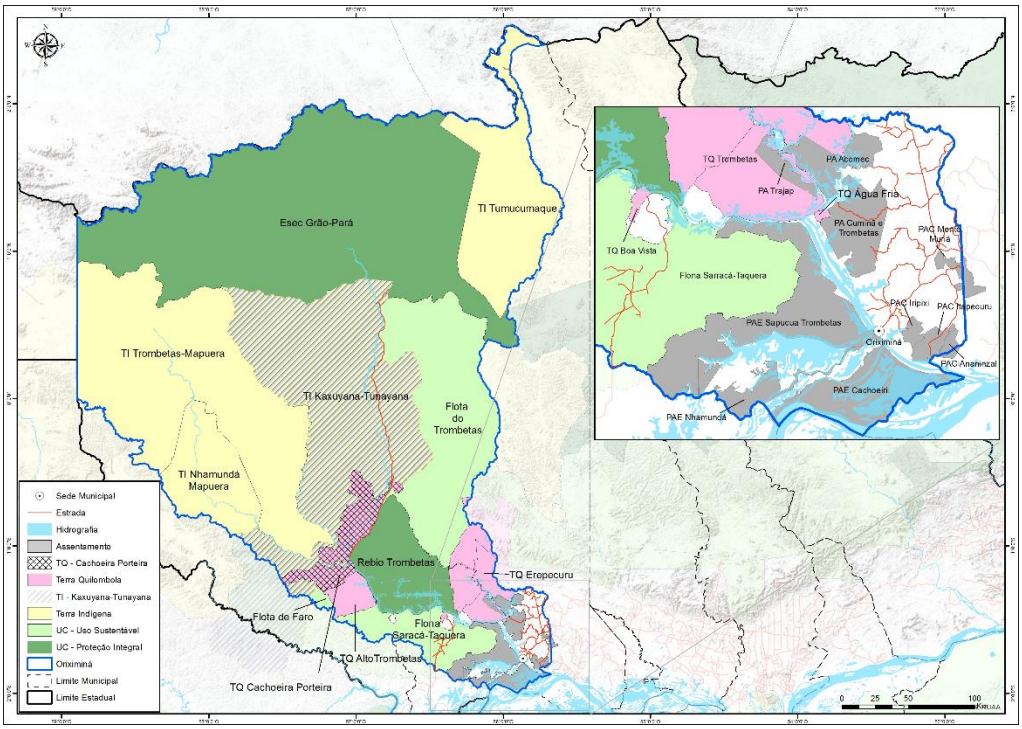
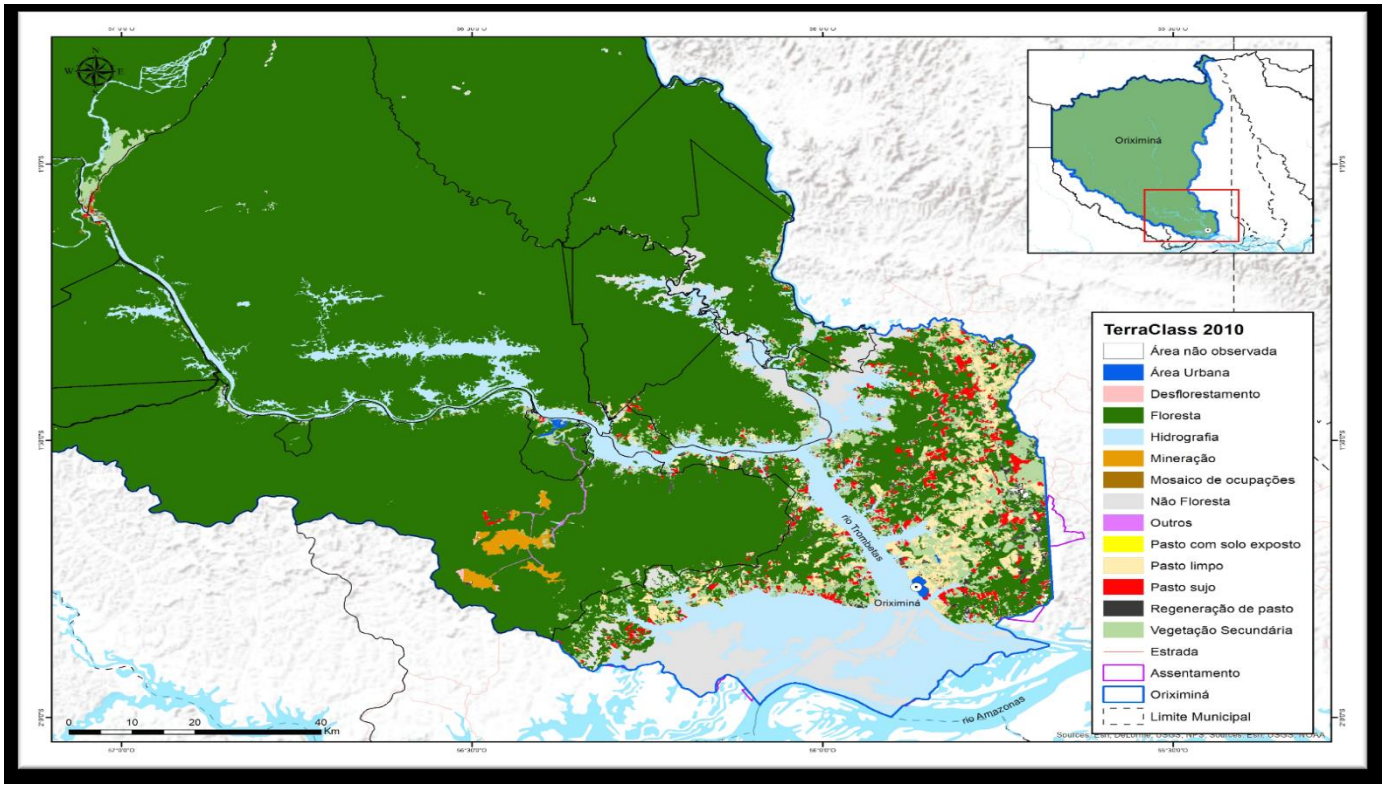


Figura 1. Áreas Protegidas e Assentamentos no município de Oriximiná

Fonte: ISA, 2014; CPI-SP, 2016; INCRA, 2014.

A economia local e concentrada principalmente nos setores da indústria (37% do PIB) e serviços (25% do PIB) (IBGE, 2013). A indústria e os serviços são impulsionados pela presença da mineradora, Mineração Rio do Norte, há 36 anos no município. A agropecuária e praticada principalmente por pequenos agricultores localizados nos PAs, PACs PAE e Territórios Quilombolas. De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico da Calha Norte, no município existem aproximadamente 5.100 agricultores familiares (Governo do Para, 2010) que cultivam principalmente culturas como mandioca, banana, melancia e milho. Essas culturas cobrem uma área de cerca de 727 quilômetros quadrados (IBGE, 2006). Oriximiná ainda e um dos maiores criadores de gado da Calha Norte. Segundo a ADEPARA, a pecuária no município soma um contingente de 143 mil bovinos (atualização da Secretaria Municipal de Agricultura de Oriximiná) e 736 bubalinos, distribuídos em 1.256 propriedades (ADEPARA, 2016). Os pastos (limpos, sujos e em regeneração) somam uma área de aproximadamente 392 quilômetros quadrados (10% da área consolidada[8]), localizados principalmente ao longo do Ramal do BEC, em propriedades particulares
(Figura 2) (Inpe, 2014a).

Figura 2. Uso do solo no município de Oriximiná em 2010 - Fonte: Inpe, 2010a



As análises do mapa de uso do solo e aptidão agrícola demonstram que grande parte das atividades agropecuárias estão implementadas em áreas de boa aptidão. Os tomadores de decisão devem aplicar políticas públicas para incentivar a permanência dessas culturas nas regiões correspondentes e promover as atividades agrícolas e pecuária nas áreas consolidadas com grande potencial produtivo, principalmente ao longo do Ramal do BEC e no PA Cuminã Trombetas, PAC Monte Muriá, Iripixi, Itapecuru e Ananinzal, no PAE Sapucuá Trombetas. Os PAEs Nhamundá e Cachoeiri apresentam boa aptidão para agricultura familiar, porém não recomendado para a agropecuária por possuírem ecossistemas muito frágeis, sendo assim recomendado somente para a agricultura familiar. Cinquenta por cento (50% da área consolidada) do município apresenta áreas de boa aptidão para a agricultura e para a pecuária (Governo do Para, 2010). Portanto, esforços de planejamento e extensão são necessários para dinamizar e potencializar a economia agropecuária de forma sustentável no município.

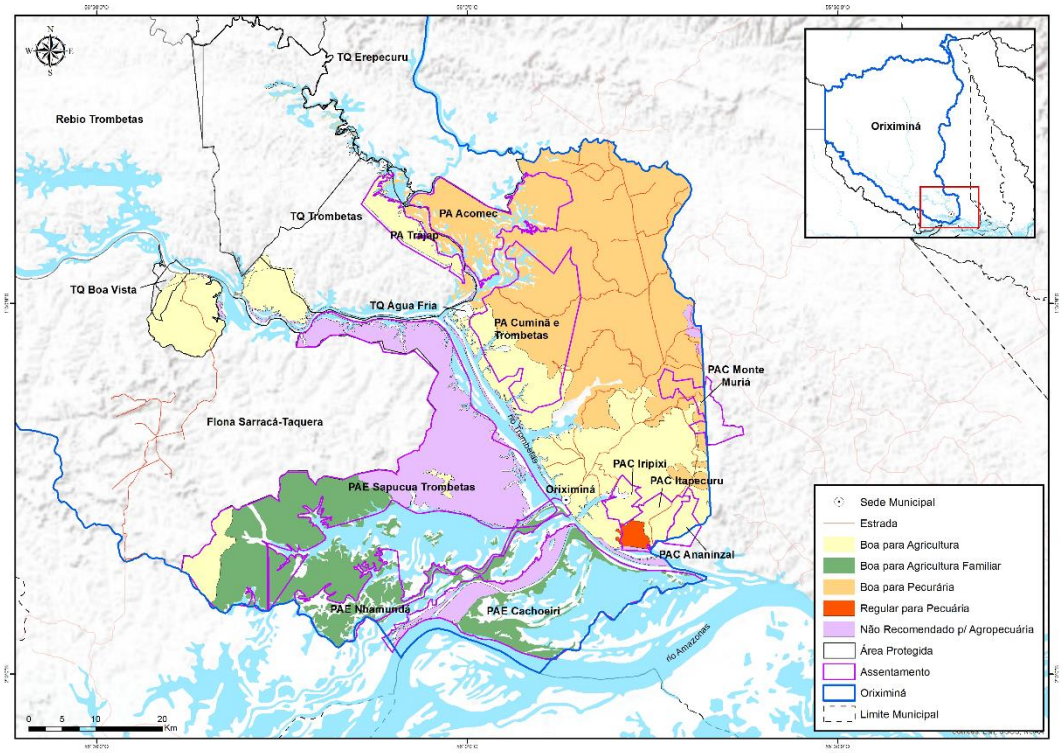


Figura 3.
Aptidão da agropecuária de Oriximiná

Fonte: Governo do Para, 2010

O setor madeireiro também tem destaque econômico em Oriximiná. No município esta instalado três serrarias: **Samal** Verde Produtos e Servicos Florestais Ltda, **Ebata** Produto Florestais Ltda e **Golf** Industria e Comercio de Madeiras LTDA, no qual produziram 18.771 metros cúbicos de

madeira serrada em 2015. No entanto, nesse mesmo ano, foram extraídos no município 36.781 metros cúbicos de madeira em tora, oriundo de manejo florestal. Ou seja, aproximadamente 11 mil metros cúbicos de madeira em tora que foram explorados no Território Quilombola do Erepecuru foram processados em outros municípios (Semas, 2016). Além disso, está instalada no município uma empresa - **Exportadora Florenzano Ltda** – de beneficiamento e exportação de castanha-do-brasil (Semas, 2016). Em 2015, o consumo de castanha-do-brasil pela empresa foi de 100 mil hectolitros.

COBERTURA VEGETAL E A DINÂMICA DO DESMATAMENTO EM ORIXIMINÁ

Até 2014, a cobertura vegetal no município de Oriximiná compreendia áreas com floresta remanescente (69,2%) e campos/cerrados naturais (3,4%). Os corpos d'agua, nuvens e áreas não observadas somavam 24% do território. Nesse mesmo período, o desmatamento acumulado era cerca de 1.514 quilômetros quadrados (1,4% do município).

Tabela 3. Cobertura vegetal no município de Oriximiná em 2014

Classe	Área (km^2)	%
Floresta	74.629,3	69,2
Campos/cerrados	3.636,6	3,4
Desmatamento	1.514,8	1,4
Corpos d'água	1.768,6	1,6
Nuvens e áreas não observadas	26.233	24,4

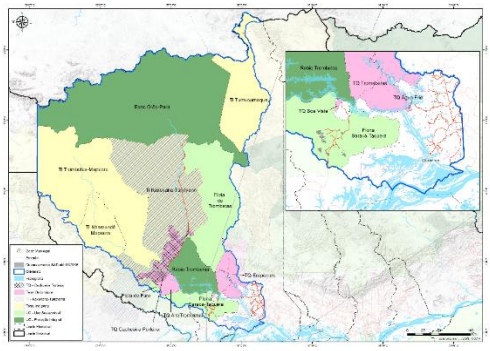
Fonte: Inpe, 2015b

O desmatamento acumulado em Oriximiná até 2000 era de 1.169,8 quilômetros quadrados, ou seja 1 % do município. A partir de 2001, a área desmatada cresceu em media 40 quilômetros quadrados por ano, com maiores picos em 2002, 2003, 2008, 2010 (Inpe, 2014).

Até 2000, o desmatamento acumulado em Oriximiná era de 1.169,8 quilômetros quadrados, ou seja, cerca 1 % do município. No período de 2001 a 2014, os maiores desmatamentos nos anos de 2002, 2003, 2008, 2010. De fato, partir de 2001, a área desmatada cresceu em média 40 quilômetros quadrados por ano (Inpe, 2015b), mas nada comparável aos anos anteriores a 2001.

Segundo o Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) do Imazon,

entre agosto de 2009 e janeiro de 2016, foram detectados 21 alertas de desmatamentos, cobrindo uma área de 8,8 quilômetros quadrados no município. Os maiores alertas de desmatamento do município estão localizados na Flona Sacará -Taquera, PAE Sapucuá Trombetas e PA Cuminã Trombetas (Figura 5) (ImazonGeo, 2015).

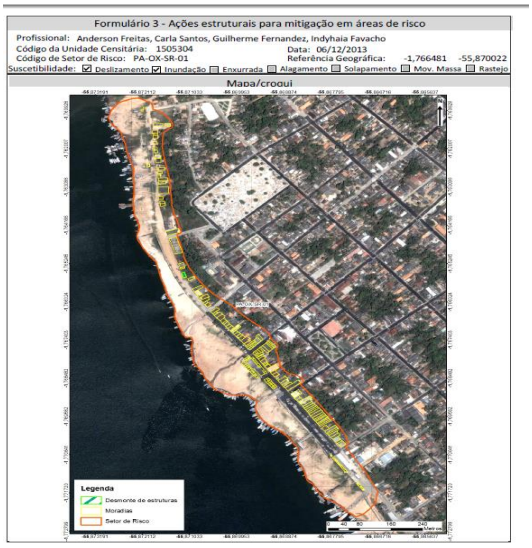


Um dos limitantes do monitoramento remoto e a grande cobertura de nuvem no município, dificultando a identificação do desmatamento principalmente no primeiro semestre de cada ano. A partir do segundo semestre, as chuvas são menos frequentes, favorecendo concomitantemente as ações de desmatamento ilegal, principalmente para introdução da pecuária, plantios e exploração madeireira. No entanto, os alertas devem ser verificados in loco pela SEMMA Oriximiná e enviado relatório de verificação para a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Figura 5. Alertas de desmatamento no município de Oriximiná – Fonte: ImazonGeo, 2015

Desde 2011 o Imazon encaminha boletins com focos de desmatamentos, os mesmos devem ser verificados in loco pela SEMMA Oriximiná. De setembro de 2007 a janeiro de 2016 foram registrados 132 alertas de desmatamento no território de Oriximiná, totalizando 4.707 hectares. No entanto, 58% desse desmatamento e considerado legal, pois é referente as atividades de mineração ocorridas na Floresta Nacional de Saraca-Taquera.

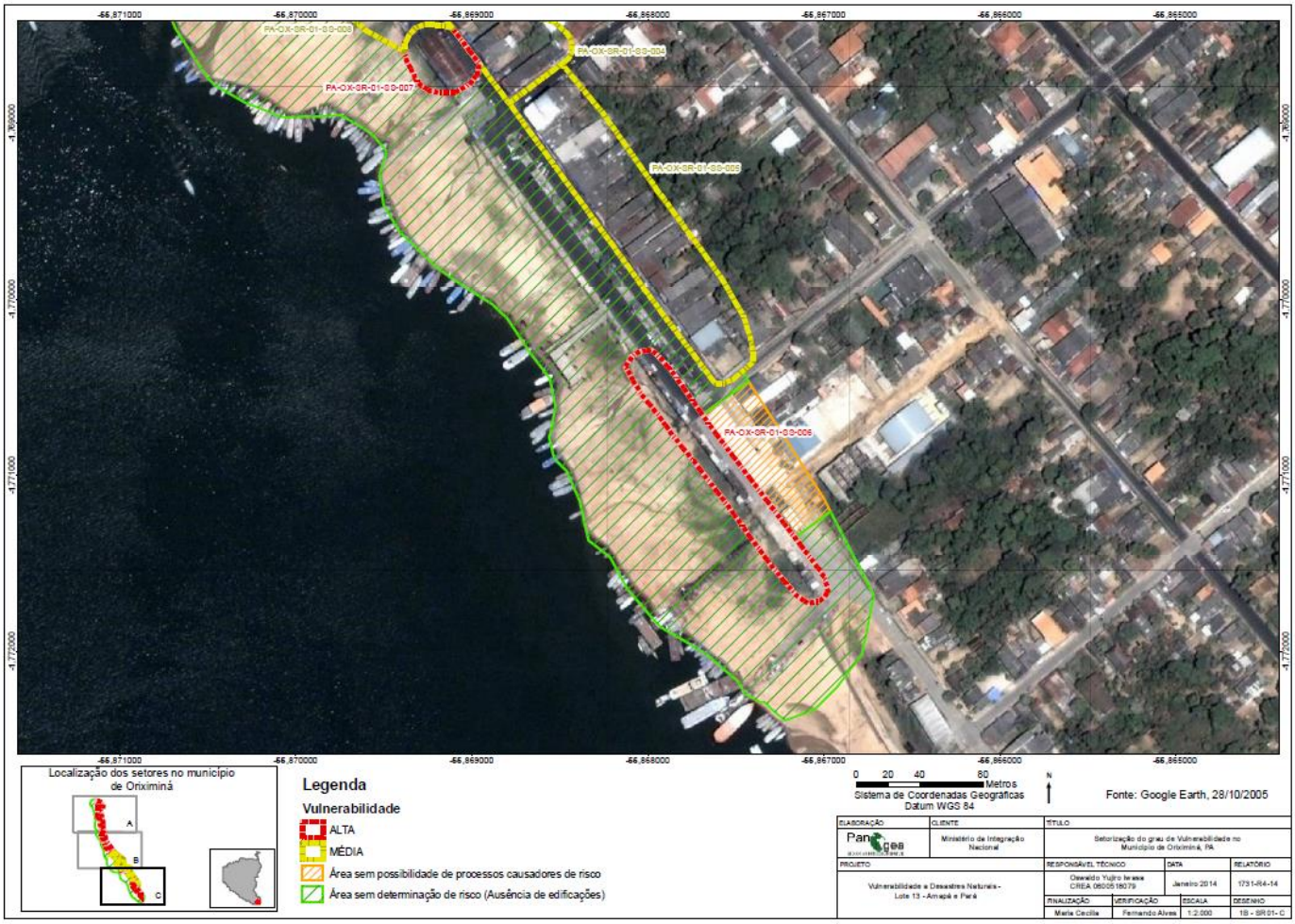
Do ponto de vista estadual destaque para o Programa Municípios Verdes (PMV) que é uma iniciativa que pretende reduzir o desmatamento e mudar a base da economia rural do Estado (extensiva e predatória). Oriximiná realizou a Adesão e vem alcançando as metas estabelecidas e recebe ICMS verde. Oriximiná e classificado como município de Base Florestal.



INDICADORES DE RISCOS

Em 2014 o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres do Ministério de Integração Nacional fez levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais para elaboração de mapas de risco e apresentação de proposta de intervenções para prevenção de desastre que ao mesmo foi revelador e preocupante e até o momento não existiu uma ação mitigadora efetiva, como por exemplo a proposta de intervenção do diagnóstico para realizar

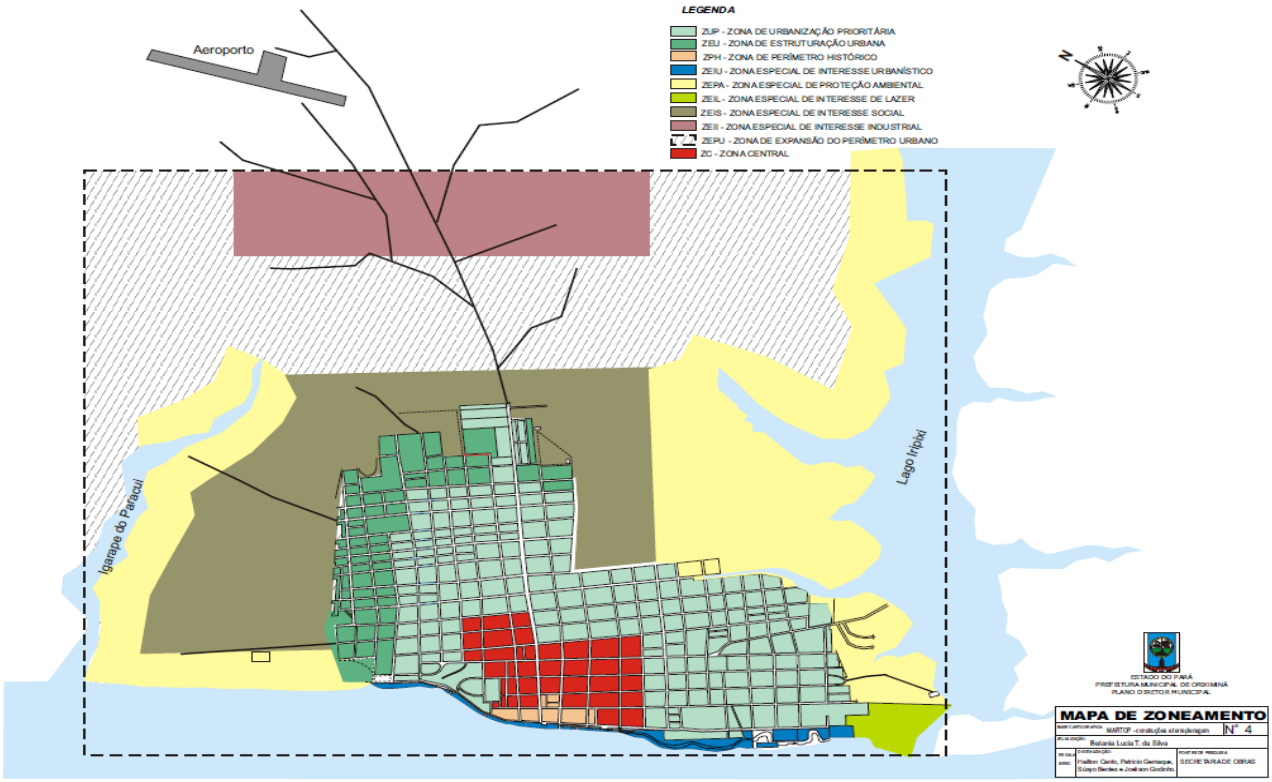
"*Zoneamento das áreas inadequadas para ocupação (apontando os setores de risco onde não é possível executar obras e onde a ocupação tem que ser removida"*



PLANOS

A Administração definiu como diretriz de governo atualizar os Planos Municipais e elaborar todos que estavam sem iniciativas, pois compreende o papel estratégico dos mesmos como instrumentos indicadores para consecução de Políticas Públicas e Gestão Eficiente.

Mapa utilizado como instrumento de diagnóstico para o Plano Diretor, recentemente revisado e aprovado pela Câmara Municipal, exemplo de Planejamento a ser seguido para projetar a Cidade Sustentável.



O

município de Oriximiná possui alguns Planos de longo prazo elaborados e regulamentados:

- Plano Diretor;

- Plano Municipal de Saúde, atualmente em fase de Conferência Municipal;

- Plano Municipal de Educação;

- Plano Municipal de Cultura e;

- Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;

Existem outros Planos elaborados em fase de regulamentação:

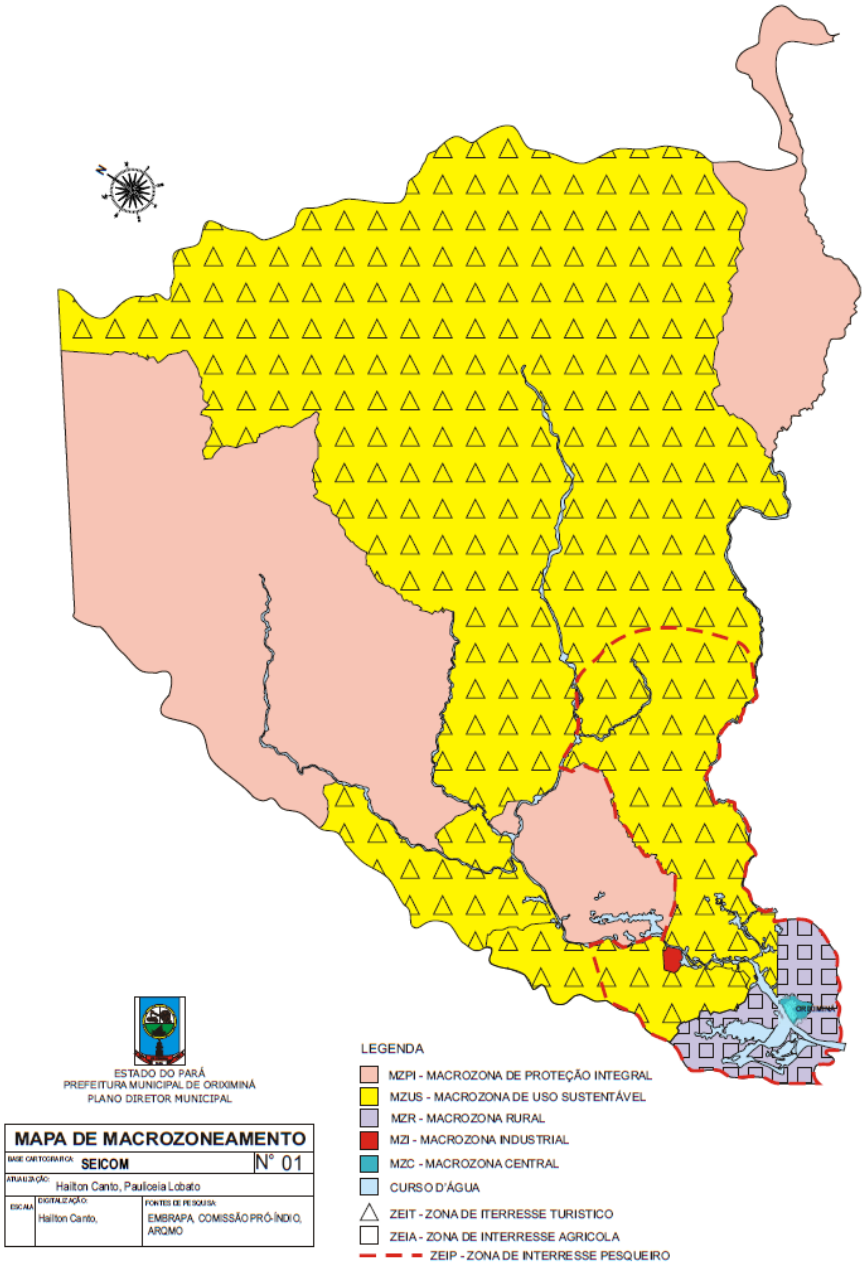
- Plano Municipal de Saneamento e Resíduos Sólidos;

- Plano Municipal de Meio Ambiente e;

Outra observação fundamental é definição da atual Administração em Reformular o Código Tributário em fase final para encaminhar à Câmara Municipal.

Outro importante tema levantado no Plano Diretor foi Macrozoneamento

Mapa referência do Macrozoneamento Econômico-ecológico



Relatório da Elaboração do PLHIS – alguns anexos e seus indicadores

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS

ANEXO I – ESTIMATIVA DE CUSTO DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS PRECÁRIAS

Para os cálculos de investimento nas áreas precárias foram estimados os custos de intervenção de cada área considerada prioritária pelo PLHIS. Porém, vale destacar, que em cada área se considerou a execução de vários Programas simultaneamente, uma mesma área pode ser alvo do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, do Programa de Produção Habitacional nos lotes vazios, do Programa de Melhoria Habitacional e Assistência Técnica nas moradias inadequadas, de modo a alcançar o maior potencial de melhoria da habitabilidade nesta comunidade. A seguir os cálculos de investimento por área:

ÁREA URBANA

a) Melgaço

Na área Bairro Melgaço o principal Programa Habitacional indicado é a Urbanização e Integração Urbana de Assentamentos Precários, com um custo de R$650.000 em urbanização; estimativa de realocação de 38 unidades habitacionais em situação de risco (erosões, desmoronamento, deslizamento, lixões, ocupação em beira de rio, enchente, e ocupações de mananciais); melhorias 5% das moradias existentes em associação com os serviços de assistência técnica; e regularização fundiária para todos os lotes. O total do investimento estimado fica em torno de R$ 2.723.855,50 milhões de reais, conforme detalha a tabela abaixo:

INTERVENÇOES	CUSTO	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS
Volume de Recursos em Urbanização	R$ 650.000,00	50
Produção de Moradias	R$ 296.488,64	11
Melhoria habitacional	R$ 4.940,00	1
Regularização fundiária	R$ 164.310,00	50
Realocação	R$ 1.461.494,82	38
Trabalho Técnico Social	R$ 64.430,84	-
Projeto	R$ 77.317,00	-
Planejamento da intervenção	R$ 4.874,20	-
TOTAL	R$ 2.723.855,50	

Tabela 26: Área Bairro Melgaço: estimativa de ações e investimentos
Fonte: PLHIS, 2010.

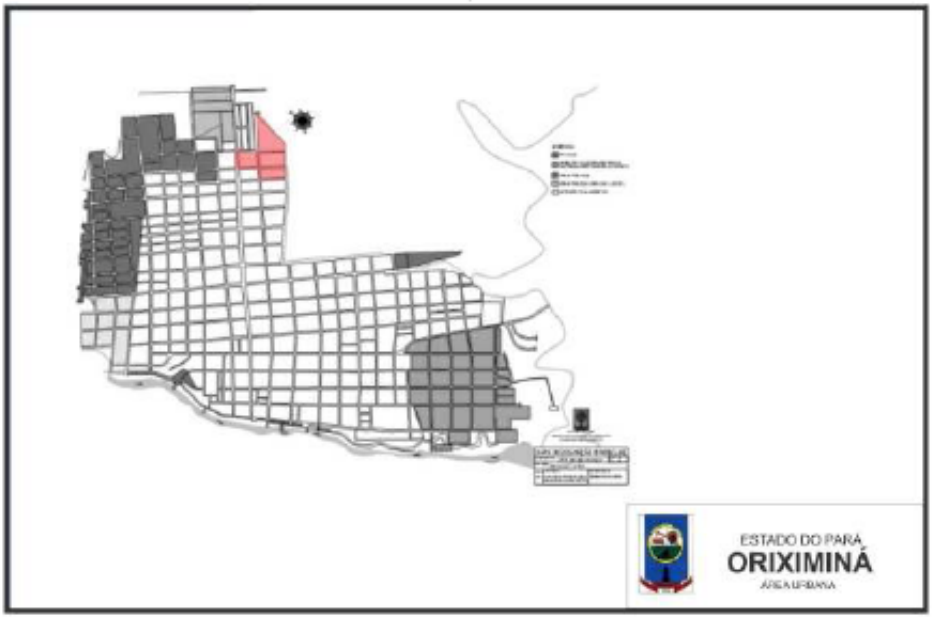


Figura 3- Localização da Área Precária: Melgaço
Fonte: PLHIS, 2010

b) São José II

Na área Bairro de São José II o principal Programa Habitacional indicado é a Urbanização e Integração Urbana de Assentamentos Precários, com um custo de R$ 780.000,00 em urbanização; estimativa de realocação de 60 unidades habitacionais em situação de risco (erosões, desmoronamento, deslizamento, lixões, e ocupações em beira de rio); melhorias em 100% das moradias existentes em associação com os serviços de assistência técnica; e regularização fundiária para todos os lotes. O total do investimento estimado fica em torno de R$ 3.725.951,46 milhões de reais, conforme detalha a tabela abaixo:

INTERVENÇOES	CUSTO	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS
Volume de Recursos em Urbanização	R$ 780.000,00	60
Produção de Moradias	R$ 143.126,30	5
Melhoria habitacional	R$	0
Regularização fundiária	R$ 116.006,00	60

Realocação	R$ 2.487.623,40	60
Trabalho Técnico Social	R$ 88.168,89	-
Projeto	R$ 105.802,67	-
Planejamento da intervenção	R$ 5.224,20	-
TOTAL	R$ 3.725.951,46	

Tabela 27 - Área Bairro São José II - estimativa de ações e investimentos
Fonte: PLHIS, 2010

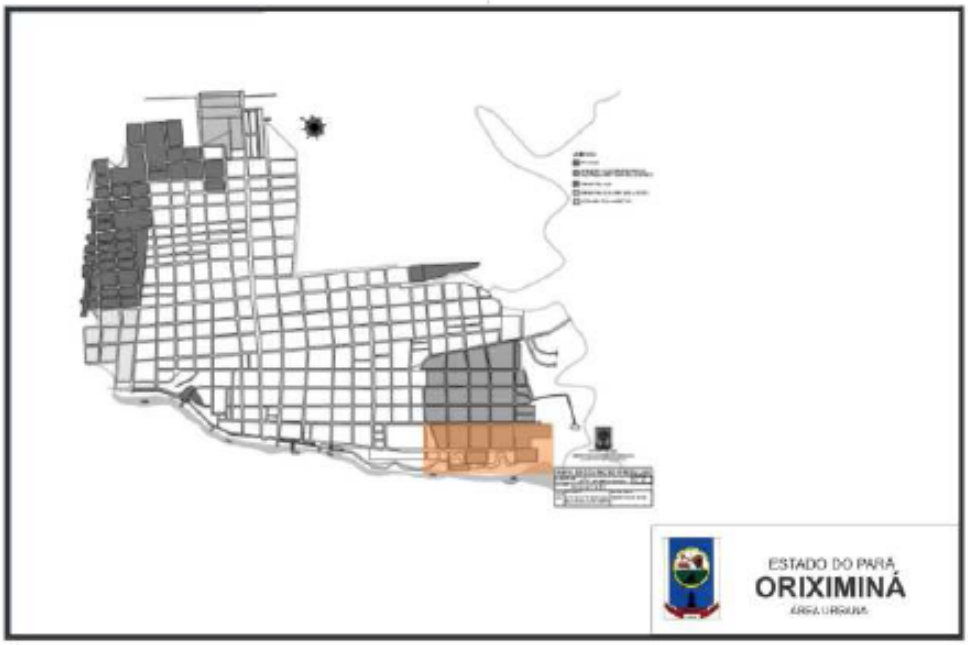


Figura 4: Localização da Área Precária - São José II
Fonte: PLHIS, 2010

c) **Novo Horizonte**

Na área Bairro Novo Horizonte o principal Programa Habitacional indicado é a Urbanização e Integração Urbana de Assentamentos Precários, com um custo de R$ 2.951.000.00. em urbanização; estimativa de realocação de 65 unidades habitacionais em situação de risco (erosões, desmoronamento, deslizamento, lixões, ocupação em beira de rio, enchente, e ocupações de mananciais); melhorias em mais de 30% das moradias existentes em associação com os serviços de assistência técnica; novas unidades habitacionais em 352 lotes vazios; e regularização fundiária para todos os lotes. O total do investimento estimado fica em torno de R$ 19.391.290,54 milhões de reais, conforme detalha a tabela abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS

INTERVENÇOES	CUSTO	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS
Volume de Recursos em Urbanização	R$ 2.951.000,00	227
Produção de Moradias	R$ 11.129.987,70	434
Melhoria habitacional	R$ 395.200,00	80
Regularização fundiária	R$ 1.198.765,00	227
Realocação	R$ 2.694.925,35	65
Trabalho Técnico Social	R$ 459.246,95	-
Projeto	R$ 551.096,34	-
Planejamento da intervenção	R$ 11.069,20	-
TOTAL	R$ 19.391.290,54	

Tabela 28: Área Bairro Novo Horizonte - estimativa de ações e investimentos
Fonte: PLHIS, 2010

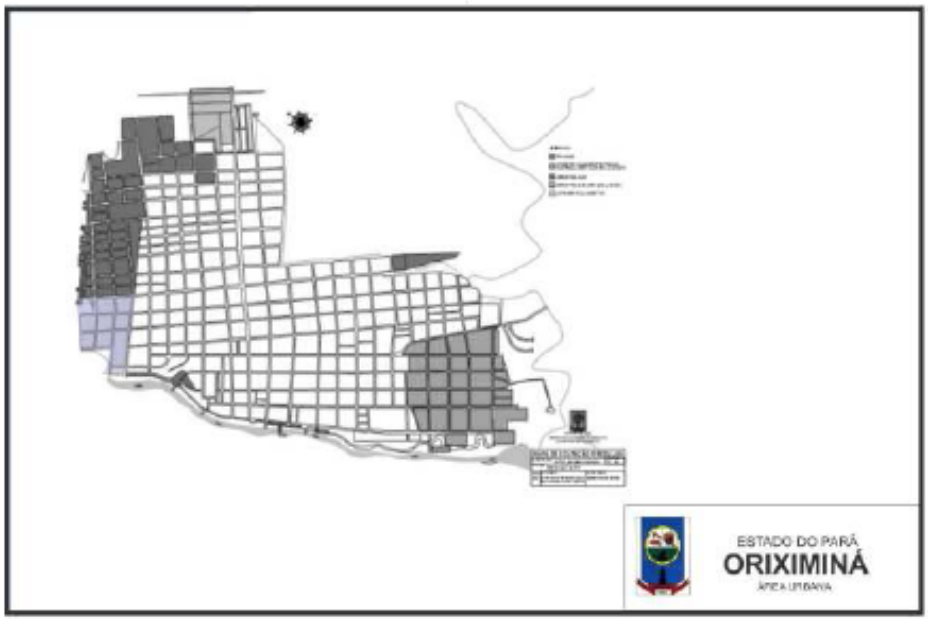


Figura 5: Localização da Área Precária - Novo Horizonte
Fonte: PLHIS, 2010

d) Paragás

Na área Paragás o principal Programa Habitacional indicado é a Urbanização e Integração Urbana de Assentamentos Precários, com um custo de R$ 650.000,00 em urbanização; estimativa de realocação de 50 unidades

habitacionais em situação de risco (erosões, desmoronamento, deslizamento. lixões, ocupação em beira de rio, enchente); melhorias em 0% das moradias existentes em associação com os serviços de assistência técnica; novas unidades habitacionais em 0 lotes vazios; e regularização fundiária para todos os lotes. O total do investimento estimado fica em torno de R$ 3.155.445,81 milhões de reais, conforme detalha a tabela abaixo:

INTERVENÇOES	CUSTO	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS
Volume de Recursos em Urbanização	R$ 650.000,00	50
Produção de Moradias	R$ 143.126,30	5
Melhoria habitacional	R	0
Regularização fundiária	R$ 120.178,00	50
Realocação	R$ 2.073.019,50	50
Trabalho Técnico Social	R$ 74.658,10	-
Projeto	R$ 89.589,71	-
Planejamento da intervenção	R$ 4.874,20	-
TOTAL	R$ 3.155.445,81	

Tabela 29: Área Bairro Paragás - estimativa de ações e investimentos
Fonte: PLHIS, 2010

Figura 6: Localização da Área Precária - Paragás
Fonte: PLHIS, 2010

Oriximiná em números da Saúde:

População Total Estimada	70.071 pessoas
Cobertura Atenção Básica	57,34%
Cobertura de Estratégia de Saúde da Família	42%
População Urbana Estimada	44.144 pessoas (63%)
População Coberta de ESF:	35.000 pessoas (80%)
População sem referência:	9.144 pessoas (20%)
População Rural Estimada	25.927 pessoas (47%)
População Coberta por ACS:	9.500 pessoas (37%)
População sem referência:	16.427 pessoas (63%)

Saúde – Rede de Atendimento

06 Unidades Básicas de Saúde - UBS em Zona Urbana
01 Unidade Básica de Saúde em inauguração (2ºsem./2017)- UBS Penta
01 Unidade Básica de Saúde em Zona Rural - Planalto - Nova Betel
01 Unidade Básica de Saúde Ribeirinha - Jauari
09 Postos de Atendimento em Região de Rios (atendentes da zona rural)
01 Hospital Municipal
01 Hospital Maternidade
01 UPA – não inaugurada
01 Centro de Testagem e Aconselhamento
01 Laboratório de Águas
01 Almoxarifado Central
01 Base de Samu
01 Núcleo de Vigilância em Saúde

Atenção Básica

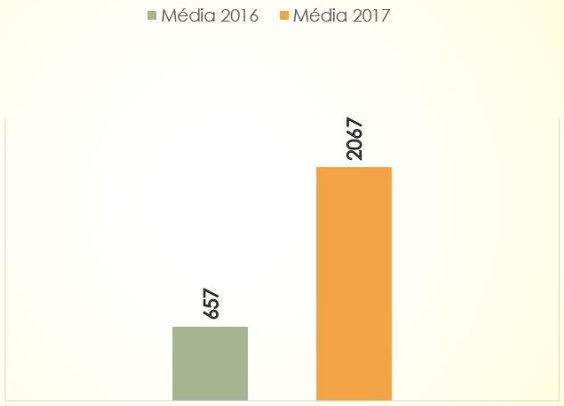
Produção geral de atendimentos em saúde:

Produção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	**Média 2017**	Média 2016
Consultas de Enfermagem	1.979	1.797	2.398	1.428	2.829	1.986	**2.067**	657
Consultas Médicas	4.189	3.754	3.699	2.747	3.333	7.084	**4.134**	3.460
Atendimentos Odontológicos	2.878	3.117	3.335	3.615	6.156	4.489	**3.931**	3.507

CRESCIMENTO GERAL EM SAÚDE: 50,62% em comparação ao ano de 2016

Fonte: DAB/SEMSA

Atenção Básica



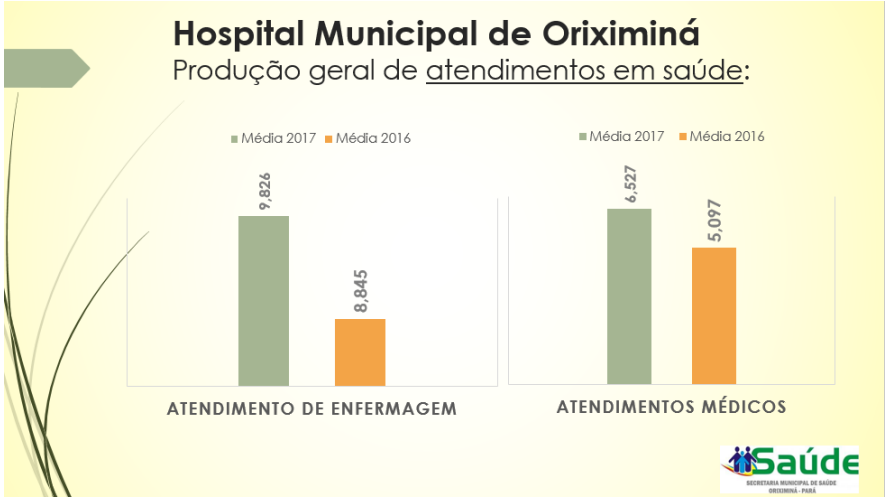
Fonte: DAB/SEMSA

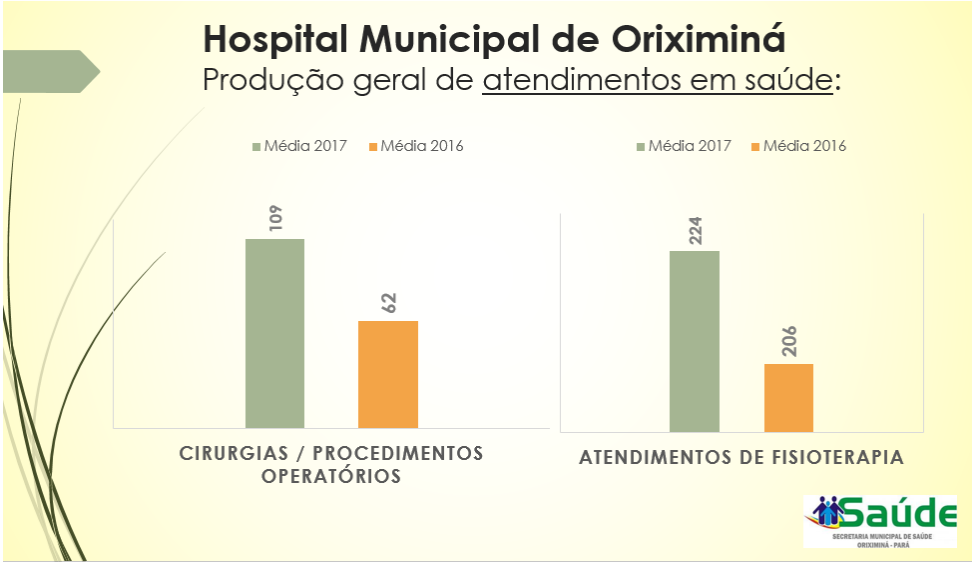
Hospital Municipal de Oriximiná

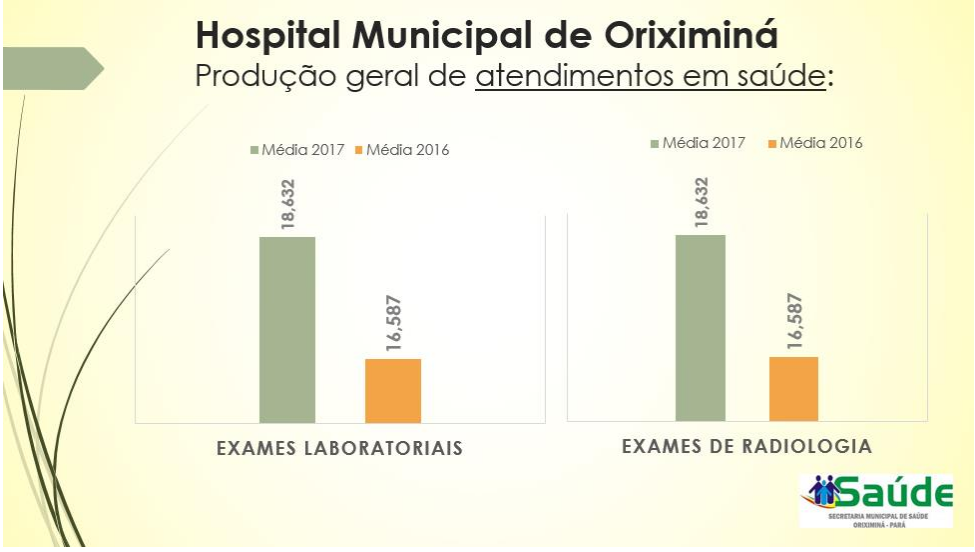
Produção geral de atendimentos em saúde:

Produção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média 1ºsem. 2017	Média 2016
Atendimentos de Enfermagem	8.823	9.486	9.154	11.386	11.772	8.333	**9.826**	8.845
Atendimentos Médicos	5.786	6.390	6.463	7.457	7.497	5.574	**6.527**	5.097
Atendimentos de Fisioterapia	376	304	340	363	363	338	**347**	318
Internações	254	235	244	203	204	205	**224**	206
Procedimentos Operatórios	120	100	109	125	117	85	**109**	62
Exames Laboratoriais	16.519	17.015	16.767	18.609	19.897	22.986	**18.632**	16.587
Exames de Radiologia	2.454	2.254	2.354	2.560	3.064	2.711	**2.566**	2.224

Fonte: DA/HMO




Hospital Municipal de Oriximiná
Produção geral de atendimentos em saúde:
Média 2017
Média 2016
109
62
CIRURGIAS / PROCEDIMENTOS OPERATÓRIOS
Média 2017
Média 2016
224
206
ATENDIMENTOS DE FISIOTERAPIA
Saúde


Hospital Municipal de Oriximiná
Produção geral de atendimentos em saúde:
Média 2017
Média 2016
18,632
16,587
EXAMES LABORATORIAIS
Média 2017
Média 2016
18,632
16,587
EXAMES DE RADIOLOGIA
Saúde

Hospital e Maternidade São Domingos Sávio

Produção geral de atendimentos em saúde:

Produção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média 2017	Média 2016
Atendimentos de Enfermagem	28	45	35	28	45	81	**44**	29
Atendimentos Médicos	78	30	70	436	221	300	**189**	25
Internações	138	156	187	147	189	142	**160**	156
Exames Laboratoriais	698	845	824	1394	1052	910	**636**	- -
Procedimentos Operatórios	40	39	42	27	26	40	**36**	11
Partos realizados (total)	99	102	123	91	133	86	**106**	104
Testes do Olhinho	105	91	120	86	124	90	**103**	98

Fonte: DA/HMSDS

Hospital e Maternidade São Domingos Sávio

Produção geral de atendimentos em saúde:

Produção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média 2017	Média 2016
Atendimentos de Enfermagem	28	45	35	28	45	81	**44**	29
Atendimentos Médicos	78	30	70	436	221	300	**189**	25
Internações	138	156	187	147	189	142	**160**	156
Exames Laboratoriais	698	845	824	1394	1052	910	**636**	- -
Procedimentos Operatórios	40	39	42	27	26	40	**36**	11
Partos realizados (total)	99	102	123	91	133	86	**106**	104
Testes do Olhinho	105	91	120	86	124	90	**103**	98

Fonte: DA/HMSDS

Especialidades e Exames Complementares no Município

Produção geral de atendimentos em saúde:

Produção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média 2017	Média 2016
Consultas de Médicos Especialistas no município	00	00	465	449	388	422	**287**	70
Exames Laboratoriais no município (conveniados)	1.035	536	736	590	456	575	**655**	- -
Exames de Imagem no município (conveniados)	455	475	524	510	484	545	**499**	- -

Fonte: DASES / TFD

Vigilância em Saúde:

Produção	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Média 2017
Endemias: Imóveis Visitados	6.831	8.796	10.439	5.625	7.247	5.802	**6.520**
Ações de conscientizações (arrastões, reuniões)	02	04	01	04	04	14	**03**
Vacinação Animal	320	437	350	35	37	40	**197**
Inspeções Sanitárias	385	272	359	281	236	242	**210**
Licenças de estabelecimentos	113	81	86	98	41	23	**50**
Reuniões de alinhamento / Capacitações locais	03	03	04	0	1	14	**04**
Investigação de agressão humana por quirópteros	80	90	110	30	00	00	**47**
Eutanásia	6	8	6	07	05	03	**04**
Visitas Domiciliar – Vigilância da Febre Amarela	00	11	151	30	00	00	**27**

Fonte: DIVISA

Ações e Práticas de Saúde em destaque

- Retomada das Ações de Grupões de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde;
- Integração da Secretaria Municipal de Saúde com o carnaval 2017, com ações e práticas de prevenção e orientação à comunidade;
- Integração, envolvimento e intersetorialidade com o Plano de Enfrentamento da Dengue 2017;
- Arrastões de combate à Dengue;
- Intensificação e bloqueio para enfrentamento da Febre Amarela no município;
- Ampliação da oferta da cobertura vacinal no município com expansão para a Zona Rural (Planalto e Populações Ribeirinhas);

Apenas algumas Ações, dentre tantas outras realizadas:

Relatório de Intervenção – Assuntos de Interesse – Município, Estado, União

- **Regulamentação da Unidade do Samu municipal:** Desde o recebimento do Programa no município, não foi possível a habilitação do serviço uma vez que a Central Reguladora – 192, de responsabilidade do município de Santarém, não estar com o funcionamento e habilitações necessárias para atender as bases operacionais municipais da nossa região.

Para tanto, em visita à capital do Estado quando em reunião com o Secretário de Estado, Dr Vitor Mateus e ainda em visita na própria Secretaria de Estado de Saúde quando em reunião com a Dra Heloisa, firmamos o compromisso da intervenção do Estado junto ao município de Santarém para a responsabilização do compromisso. Ato este regulamentado em reunião da CIRBAT (Comissão Intergestores das regiões de Baixo Amazonas e Tapajós), tendo como prazo para a adequação e implantação da Central 192 pelo município de Santarém, o mês de agosto do presente ano. Estando nesse momento aguardando resolução do Ministério da Saúde para as devidas habilitações do serviço.

Ressalta-se a importância deste pleito, uma vez que habilitado o município recebe as contrapartidas estaduais e federais preconizadas pelo referido Programa da rede de urgência e emergência.

Relatório de Intervenção – Assuntos de Interesse – Município, Estado, União

- **Reprogramação da PPI da 9º CRS – Sespa:** Diante do quadro defasado de informações e demandas de acesso à saúde fora do município e tendo em vista as grandes percas de cotas e vagas ofertadas regionalmente ao município de Oriximiná, iniciamos um diálogo de provocação pela revisão e reprogramação das nossas pactuações financeiras em especial nos âmbitos ambulatoriais e hospitalares, levando em evidencia o nosso perfil de saúde atual e as ofertas de serviços na região. Conquista concretizada na reprogramação de nossos acessos e serviços em saúde quando em média e alta complexidade com os municípios de Santarém e Belém, nossas referencias e os outros 20 integrantes de nossa região de saúde.

- **Agenda de recebimento de dívida do Estado com os municípios:** Diante do crescente déficit financeiro dos municípios em especial quando nas responsabilidades não cumpridas do Estado, as dificuldades em cumprir os serviços e garantir os direitos dos usuários aos princípios do SUS, urge a necessidade de negociar e programar os devidos repasses do Estado para com os municípios. Para tanto, após insistência e diálogos determinados, a programação e agenda se consolida tendo os repasses iniciados em maio/2017 sendo finalizadas as devidas transferências desta contrapartida em junho/2018.

Relatório de Intervenção – Assuntos de Interesse – Município, Estado, União

- **Reprogramação da PPI da 9º CRS – Sespa:** Diante do quadro defasado de informações e demandas de acesso à saúde fora do município e tendo em vista as grandes percas de cotas e vagas ofertadas regionalmente ao município de Oriximiná, iniciamos um diálogo de provocação pela revisão e reprogramação das nossas pactuações financeiras em especial nos âmbitos ambulatoriais e hospitalares, levando em evidencia o nosso perfil de saúde atual e as ofertas de serviços na região. Conquista concretizada na reprogramação de nossos acessos e serviços em saúde quando em média e alta complexidade com os municípios de Santarém e Belém, nossas referencias e os outros 20 integrantes de nossa região de saúde.

- **Agenda de recebimento de dívida do Estado com os municípios:** Diante do crescente déficit financeiro dos municípios em especial quando nas responsabilidades não cumpridas do Estado, as dificuldades em cumprir os serviços e garantir os direitos dos usuários aos princípios do SUS, urge a necessidade de negociar e programar os devidos repasses do Estado para com os municípios. Para tanto, após insistência e diálogos determinados, a programação e agenda se consolida tendo os repasses iniciados em maio/2017 sendo finalizadas as devidas transferências desta contrapartida em junho/2018.

Relatório de Intervenção – Assuntos de Interesse – Município, Estado, União

- **Ampliação de 173 % de aprovação em propostas cadastradas no Fundo Municipal de Saúde, através de oportunização de indicações de Emendas Parlamentares, o que significa aumento na conquista de receita de mais de R$ 1 milhão em equipamentos para melhoria dos serviços municipais.**

- **Por um SUS efetivo!**

CAPÍTULO II – PROGNÓSTICO

VISÃO DE FUTURO

O Ato permanente de planejar da Gestão Pública está vinculado ao comprometimento com o Desenvolvimento Socioeconômico e o bem-estar dos munícipes, amparados em bases econômicas, ecológicas e culturais sustentáveis. Para tal, há que considerarmos elementos que conjuguem sociedade e a definição estratégica pactuada nas Diretrizes, Objetivos e Metas a serem atingidas numa escala temporal exequível e aceitável. Esta percepção do saber físico como construção humana constitui-se condição necessária, não suficiente, para promover a consciência e a responsabilidade social com Ética Pública. Neste sentido, deve ser considerado o desenvolvimento da capacidade de se preocupar com a extensão Social que é a própria Cidadania em sua plenitude e desta forma, reconhecer o cidadão como participante, tomador de decisões e absorvendo informações a respeito do executável, seja serviços, infraestrutura ou meio ambiente.

Planejar é, portanto, a antecipação do futuro através de ações executáveis segundo vocação local, no nosso caso Mineral e Ambiental, para que sejam desenvolvidas de forma coerente em cada território. Assim, torna-se indispensável usar como metodologia de planejamento, atores sociais locais, para tornar suas expectativas próximas a realidade das peças orçamentárias, como se os próprios atores estivessem se enxergando no Planejamento.

Ao imaginarmos o futuro que desejamos para todos, observamos as regras, as leis e os meios disponíveis para propiciar a execução, ou seja, pavimentar o caminho que seguiremos para viabilizar os objetivos desejáveis, sem esquecer as experiências e vivências individuais e coletivas que darão suporte para escolhermos a melhor forma de *'Chegar Lá'*.

MACRO-OBJETIVOS DO PPA

Nosso Plano Plurianual, ora elaborado, possui ações que constroem as diretrizes e o estabelecimento de macro-objetivos:

I – Cria condições para o desenvolvimento socioeconômico do Município em bases ambientalmente sustentáveis, objetivando futuro promissor à população oriximinaense;

II – Consecução dos Planos de Longo Prazos: Diretor, Saneamento e Resíduos Sólidos, Habitação, Educação, Saúde;

III – Promover Gestão Pública eficiente como indicador para reduzir as desigualdades sociais;

IV – Universalizar atendimento da educação básica – Pré-escola e Ensino Fundamental;

V – Ampliar capacidade de atendimento da Saúde Pública Municipal, garantindo a gestão preventiva;

VI – Efetivação do Código Tributário como instrumento de aperfeiçoamento da arrecadação municipal e eficiência da gestão;

POLÍTICAS ESTRATEGICAS ASSOCIADAS AOS MACRO-DESAFIOS DO PPA

Oriximiná em seu 136º aniversário de emancipação, destaca-se por vocação Mineral e Ambiental, seu ambiente natural proporciona pescado abundante e uma exuberante variedade extrativista, pecuarista e sua extraordinária vocação florestal. Os breves dados deste diagnóstico municipal evidenciam necessidades para melhorar nossos índices. Hoje temos IDEB que oscila nos 5,0 e IDHM de 0,623 (IBGE 2010) considerado como médio, porém o PBF atende mais de 8.724 famílias, somando valores em R$ 1.508.963,00 – percentual por beneficiário de R$ 172,97 (MDS 2015) – indicando percentual significativo da população vivendo na linha da pobreza e este é o principal macro desafio a ser enfrentado pela administração municipal, criando política própria de geração de trabalho, emprego e renda buscando alternativas. Outro elemento desafiador é a construção de políticas alternativas para o período pós Mineração, em virtude do tempo estimado de exploração mineral, pois no presente a Gestão Pública não deverá omitir-se de pensar o futuro, assim, urge a necessidade de planejar alternativas viáveis que cubram as receitas promovidas pelo potencial minerador.

As estratégias para superação destes desafios envolvem ações integradas que estão além da esfera municipal, como é o caso macrozoneamento econômico-ecológico, sobretudo, nas áreas exploradas pela mineradora, ribeirinhas e lagos. Porém, dentro da responsabilidade municipal, as ações a serem continuadas e implementadas para a criação de alternativas socioeconômicas estão associadas as nossas vocações: mineradora, desenvolvimento sustentável de atividades produtivas, cadeia pesqueira, fomento ao extrativismo vegetal, incentivo manejo florestal comunitário e outras diagnósticas.

Nossos indicadores sociais ainda estão abaixo dos recomendados pelas organizações internacionais como OMS, UNICEF e alcançar esses índices é garantir dignidade à toda pessoa humana

forjada no Pacto de San José. Paralelamente, a administração municipal terá como vetor quebrar paradigmas, alcançando recursos financeiros para implementação de projetos mais ousados e ambiciosos, seja pela iniciativa privada ou fundos nacionais e internacionais, investindo, sobretudo em questões sociais e em desenvolvimento econômico. Neste sentido, deve-se continuar e concluir as reformas necessárias:

- Reforma do Código Tributário e adequação Administrativa;

- Finalização dos Planos Diretor e Saneamento Básico e Resíduos Sólidos;

- Finalizar a descentralização Ambiental e inserir o município no cenário Nacional e Internacional de Corredor Ecológico através do ICLEI, ANAMMA, UNESCO.

- Diagnosticas e Planejar as cadeias produtivas do município para atrair investimentos.

CAPÍTULO III – PPA PARTICIPATIVO ORIXIMINÁ – '*GOVERNANDO COM O POVO*'

O Estatuto das Cidades define que todo Planejamento Público estimule e possibilite a participação efetivas da sociedade e o PPA é um desses Planos que traduz o exercício da cidadania pois permite que todos participem e exerçam de alguma forma o controle das ações de governo e ao mesmo tempo representa a forma mais efetiva de impulsionar as mudanças que o município necessita. A importância da participação social nas decisões e atividades desenvolvidas pelo governo se constitui em relevante instrumento de interação, o que possibilita o aperfeiçoamento das políticas públicas e contribui para a prática da responsabilidade compartilhada e o exercício da democracia e da cidadania.

Em face disto, tornou-se condição prioritária e um dos objetivos da participação social na construção do PPA o debate com a sociedade sobre as prioridades e a consistência estratégica dos investimentos e a seletividade dos programas a serem implementados no período 2018-2021. Para tanto, foi garantido pela Gestão Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN, a participação e a interação da sociedade na formulação do PPA 2018-2021, por meio da realização de 05 (cinco) Audiências Públicas, da qual participaram os movimentos sociais, entidades e associações de classe, gestores e técnicos de órgãos públicos municipais e diversos segmentos da sociedade civil organizada, para que o governo pudesse ouvir o Povo, sobre suas necessidades, anseio, expectativas e demandas e sobre os rumos estratégicos do planejamento e do desenvolvimento de Oriximiná. A participação do Povo de Oriximiná superou as expectativas, contando com um público de aproximadamente 700 pessoas durante todas as plenárias.

As atividades de elaboração do PPA do nosso município iniciaram em abril com as primeiras reuniões entre o Prefeito Antônio Odinélio da Silva Tavares, a Contabilidade, Assessorias e Técnicos. A partir daí a Contabilidade ficou responsável em elaborar a metodologia e definir a estratégia. Em maio foi apresentada a metodologia e logo a seguir o calendário, contando com realização de oficinas de elaboração de Programas e Ações setoriais e a definição da agenda das Audiências. No que diz respeito a metodologia das Audiência foi definido que seriam formados Grupos de Trabalho Temático – GTT com

os seguintes temas: Inclusão Social, Infraestrutura Social e Desenvolvimento Sustentável, sempre moderados por técnicos das respectivas secretárias afins aos temas.

Para legitimar maior participação, já que o tempo é exíguo para elaboração do PPA, foi disponibilizado por meio do site oficial da Prefeitura e das redes sociais (facebook e WhatsApp) canais online de participação possibilitando à sociedade o envio de sugestões no processo de elaboração do Plano Plurianual, tendo sido recebidas sugestões oriundas de cidadãos, representantes de entidades civis e de órgãos públicos, as quais foram apreciadas pelos órgãos e entidades dos Poderes constituídos. Além disso, foi elaborado plano de mídia para definir a divulgação nos canais de comunicação disponíveis no município através de produção de spots para carro-som, chamadas para rádios, vídeos postados no site oficial da Prefeitura e redes sociais, confecção de folders e banners e executada ampla mobilização de todas as autoridades das 03 (três) esferas existentes em Oriximiná, das entidades de classe, das organizações sociais, sindicatos, Universidades, entidades de classes e outras.

O calendário das Audiências Públicas iniciou com os territórios do Rio Trombetas, depois ocorreu no Planalto e finalizamos na Sede, sempre obedecendo um roteiro e a metodologia definida pela Comissão de Elaboração. A Audiência seguiu roteiro a partir das 8h com credenciamento, composição da mesa de autoridades e representações da sociedade, apresentação da metodologia, com dinâmica de slides e vídeos sobre Planejamento de Organizações e Colaboração, exposição da Base Conceitual e Metodológica do PPA 2018 – 2021 com vídeos curtos sobre PPA para ilustrar, os Programas Temáticos por Grupos de Trabalho Temático destacando Inclusão Social, Infraestrutura Social e Desenvolvimento Sustentável com a participação efetiva dos secretários e gestores do município, que debateram todos os questionamentos apresentados, ouviram as críticas e sugestões para a inclusão de novas demandas.

Local	Data
Serrinha	07/07/2017
Castanhal	14/07/2017
Moura	20/07/2017
Bec	28/07/2017
Sede	03/08/2017

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Relatório fotográfico das Audiências Públicas

End. Rua Barão do Rio Branco, 2336, Bairro Centro – Fone: (93) 3544-3836 - CEP: 68.270-000
ppa20182021@oriximina.pa.gov.br

Segunda Audiência Pública PPA 2018/2021 - LOA 2018.
Comunidade: Castanhal –Lago Sapucuá 14/07/2017.

Terceira Audiência Pública PPA
2018/2021 – LOA 2018
Comunidade Moura – Alto Trombetas 20/07/2017.

Quarta Audiência Pública PPA
2018/2021 – LOA 2018
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Comunidade BEC – Nova Betel/Planalto
28/07/2017

Quinta Audiência Pública PPA 2018/2021 – LOA 2018
UFOPA – 03/08/2017
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

CAPÍTULO IV – ESTRUTURA E FINANCIAMENTO DO PPA

Anexo I – Relação por Órgãos e Unidades Orçamentárias;

Anexo II – Receita por Categoria Econômica;

Anexo III – Relação por Programas e Ações detalhadas por Órgão, Unidade Orçamentária, Função e Subfunção;

Anexo IV – Relação por Programas e Ações detalhadas por Órgão, Unidade Orçamentária e Macrobjetivos;

Anexo V – Relatório dos Resumos por Função, Subfunção Programa, Órgão e Unidade Orçamentária;

Anexo I – Relação por Órgãos e Unidades Orçamentárias;

Anexo II – Receita por Categoria Econômica;

Anexo III – Relação por Programas e Ações detalhadas por Órgão, Unidade Orçamentária, Função e Subfunção;

Anexo IV – Relação por Programas e Ações detalhadas por Órgão, Unidade Orçamentária e Macrobjetivos;

Anexo V – Relatório dos Resumos por Função, Subfunção Programa, Órgão e Unidade Orçamentária;

Prefeitura Municipal de Oriximiná

Relação de Órgãos e Unidades Orçamentárias

Código	Especificação
01	CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
01 .01	CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
02	GABINETE DO PREFEITO
02.02	GABINETE DO PREFEITO
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05 .05	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
06 .06	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
09.09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
09.11	FUNDO MUL.DE MANUT.DES.DA EDUC.BÁSICA
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
10.10	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
10.17	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
11.11	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
11.18	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA
11.23	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
12.12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
13.13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
14.14	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.16	FUNDO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
17	SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL
17.17	SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL
18	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
18.18	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PATRIMONIAL
18.13	FUNDO DE MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO MUNICIPAL
19	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
19.19	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
19.20	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
19.21	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO